



REFLEXÕES SOBRE A GEOGRAFIA E O ESPAÇO NO MOVIMENTO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Wagner Alves Cabral ¹
Maria Marta dos Santos Buriti ²

RESUMO

O presente escrito é fruto do trabalho de conclusão de curso em licenciatura plena em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, intitulado “A evolução teórico-metodológica do conceito de espaço geográfico no pensamento de Milton Santos e as contribuições à geografia brasileira”. Dessa forma, a partir do recorte teórico selecionada a pesquisa foi objetivada em refletir acerca da trajetória da ciência geográfica e da abordagem do espaço no movimento do pensamento geográfico. Para o desenvolvimento da pesquisa optou-se pela pesquisa teórica e bibliográfica, buscando leituras clássicas do pensamento geográfico brasileiro para a construção das análises postas no presente trabalho. As contribuições apresentadas no trabalho não tiveram como objetivo esgotar as análises sobre a Geografia, nem muito menos sobre o conceito de espaço geográfico, porém buscou-se apresentar perspectivas desenvolvidas ao longo do processo de leitura e compreensão das obras e conceitos analisados.

Palavras-chave: Geografia, Pensamento Geográfico, Espaço Geográfico.

RESUMEN

Este escrito es el resultado del trabajo de realización del curso de Geografía de la Universidad Estadual de Paraíba - UEPB, titulado "La evolución teórico-metodológica del concepto de espacio geográfico en el pensamiento de Milton Santos y los aportes a la geografía brasileña". . Así, desde el marco teórico seleccionado, la investigación tuvo como objetivo reflexionar sobre la trayectoria de la ciencia geográfica y el acercamiento al espacio en el movimiento del pensamiento geográfico. Para el desarrollo de la investigación se eligió la investigación teórica y bibliográfica, buscando lecturas clásicas del pensamiento geográfico brasileño para la construcción de los análisis presentados en este trabajo. Los aportes presentados en el trabajo no pretendían agotar el análisis de la Geografía, ni menos sobre el concepto de espacio geográfico, sino que se buscaba presentar perspectivas desarrolladas a lo largo del proceso de lectura y comprensión de las obras y conceptos analizados.

Palabras clave: Geografia, pensamiento geográfico, Espacio geografico

INTRODUÇÃO

As reflexões postas nesse escrito resultam do trabalho de conclusão de curso de Geografia, intitulado “A evolução teórico-metodológica do conceito de espaço geográfico no pensamento de Milton Santos e as contribuições à geografia brasileira”, apresentado junto ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Dessa forma,

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, professorwagnergeografia@gmail.com

² Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB- martaburitigeo@gmail.com



amparando-se no aporte teórico construído para o produto supracitado, o objetivo aqui proposto consistiu em refletir acerca da trajetória da ciência geográfica e da abordagem do espaço no movimento do pensamento geográfico.

É empiricamente notável que a realidade prática se transforma constantemente e, enquanto se molda, é reconfigurada por novos processos e dinâmicas, o que emana a necessidade de renovadas explicações geográficas. Neste contexto, tão importante como explicar os novos fenômenos, é refletir acerca da construção de tais explicações, ou seja, dos pressupostos teórico-conceituais e metodológicos que servem de base a Geografia para a análise da realidade e que são, por esta mesma realidade, reconstruídos. Isso nos faz entender que o trabalho torna-se pertinente, uma vez que, a compreensão dos fenômenos geográficos se faz possível por meio da relação dialética entre teoria e prática, sendo a discussão teórica uma face importante que deve ser revisitada enquanto pressuposto da análise empírica e como objeto em si de reflexão.

Buscando situar a noção-conceito de espaço na trajetória histórica-evolutiva da ciência geográfica, organiza-se a discussão na direção do processo de institucionalização da Geografia através da análise do contexto histórico e geográfico de cada momento do pensamento, bem como dos pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a consolidação dessa ciência e do conceito de espaço geográfico ao longo do movimento da ciência.

METODOLOGIA

A forma como o pesquisador procede suas abordagens através de um sistema coerente de ideais ao longo do caminho de sua pesquisa pode ser definida como método, ou seja, as escolhas dos seus conceitos, ferramentas, instrumentos, técnicas e teorias que possibilitam ao pesquisador a visualização e compreensão dos fenômenos a partir da sua visão de mundo. Ao longo de sua trajetória intelectual, Milton Santos, partindo muitas vezes dos pressupostos marxistas, procurou destacar a importância da história e da dialética na abordagem geográfica centrada na relação espaço-tempo, e fez isso sob o ponto de vista do materialismo histórico dialético. Este método caracteriza-se por trazer para análise dos fenômenos categorias como a totalidade, a historicidade, a complexidade, a dialeticidade, a praxidade, a concreticidade e a cientificidade (LEFEBVRE, 1991). Com efeito, a análise feita a partir da teoria de Santos nos permite também partir de tal concepção, o que, naturalmente não tem a ver com a efetivação processual (empírico-abstração-concreto) do método em questão, mas, com a organização de



um processo reflexivo que, assim como Santos, apreende a realidade geográfica como uma trama dialética assentada sob a relação espaço-tempo.

O processo de construção científica está em constante renovação e superação, o que reflete, em parte, o movimento da realidade e, conseqüentemente, do pensamento. Portanto, é possível que determinados conceitos que foram construídos e pensados para uma certa realidade não deem mais conta das novas dinâmicas que reconfiguram os contornos, conteúdos e expressões espaciais da relação sociedade-natureza.

Com base nos objetivos delimitados, o presente trabalho classifica-se como uma pesquisa teórica, que para Demo (2000, p.20) trata-se da pesquisa que é "dedicada a reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos".

Com base no tipo de abordagem, a pesquisa apresenta um cunho qualitativo. De acordo Silvera (2009, p.32.) "os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém a ser feito, mas não buscam quantificar os valores simbólicos nem submetem à prova de fatos". Neste interim, a abordagem qualitativa foi basilar em uma análise que, em essência, demandou profundidade e imersão no objeto pesquisado, ainda que teórico.

Já em termos de tipologia nossa pesquisa se enquadra no campo bibliográfico, que de acordo com Gil (2007, p.44) pode ser caracterizada da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Dessa forma, as reflexões aqui apresentadas são frutos de leituras e discussões sobre o temário epistemológico sobre a evolução teórica da Geografia e do Espaço Geográfico. Através das obras selecionadas foi possível a realização de um pequeno esboço sobre a evolução dos conceitos aparentadas. É preciso salientar que as discussões aqui apresentadas não tiveram como objetivo esgotar os debates sobre a temática, e sim apresentar alguns pontos de vistas e interpretações com base nas leituras realizadas ao longo da caminhada acadêmica.

REFERENCIAL TEÓRICO

NOTAS SOBRE GEOGRAFIA E ESPAÇO NO MOVIMENTO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO



O saber geográfico está presente na história da humanidade desde os seus primórdios, sendo, portanto, algo existente muito antes da institucionalização da ciência geográfica, no século XIX. Ao analisar esse saber geográfico primário construído no seio das vivências e experiências da humanidade no espaço ao longo da história, Andrade (2008, p. 18) pontua que era uma “Geografia”:

[...] utilizada apenas para desenhar roteiros, para indicar os recursos a serem explorados, para analisar as relações meteorológicas etc., estando profundamente identificada com a Cartografia e com a Astronomia. Assim, os grandes geógrafos eram sobretudo cartógrafos e/ou astrônomos.

Desta forma, mesmo antes de ser institucionalizada como ciência, a Geografia já era algo presente na vida do ser humano através das práticas, ações e comportamentos estabelecidos no espaço a partir da interação e intervenção na natureza. Ao longo do processo histórico evolutivo o ser humano através do desenvolvimento dos seus sistemas técnicos, foi redefinindo suas relações com a natureza e, conseqüentemente, fazendo com esse saber geográfico fosse se organizando cada vez mais na busca pelas explicações de tais interações. Foi nesta marcha que no final do século XIX, ocorre a sistematização do conhecimento geográfico e a institucionalização da Geografia como ciência.

Com o avanço das técnicas os seres humanos puderam desenvolver relações mais complexas entre si e com o meio ao seu redor. Dessa forma, o conhecimento geográfico se torna um aliado para o desenvolvimento de ações mais complexas sob o espaço geográfico, no qual a sociedade atua estabelecendo as relações e ações que servem aos seus interesses.

Nos remetendo um pouco sobre uma questão polêmica, porém densa e de difícil resolução, somos levados a nos perguntar “afinal, o que é Geografia?” Segundo Andrade (2008, p.20) expusera a Geografia “como a ciência que faz a descrição da superfície terrestre, como se a simples descrição constituísse uma atividade científica”. Temos então, inicialmente, a prevalência de uma Geografia meramente descritiva, cujo objetivo principal estava ancorado sob o propósito de identificar os aspectos de uma área de interesse.

Avançando na consolidação de suas bases teóricas e metodológicas entre o final do século XIX e começo do século XX, a Geografia passa a ser vista como “ciência que estuda a distribuição dos fenômenos físicos, biológicos e humanos pela superfície da Terra” (ANDRADE, 2008, p.21). Esta concepção de Geografia elaborada por Emanuel de Martonne, foi vista como uma grande evolução, pois agora a Geografia, além da descrição, teria como foco a distribuição espacial desses fenômenos, o que embora não garantisse a explicação de tais



processos de distribuição, ainda sim era favorável ao desenvolvimento de análises relacionais capazes de estabelecer algum tipo de conexão entre fenômenos e áreas distintas.

Andrade (2008, p.22) apresenta ainda uma terceira concepção de Geografia, em que esta ciência comparece como sendo aquela “[...] que estuda as relações entre sociedade e natureza, ou melhor, a forma como a sociedade se organiza no espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor dos recursos da natureza”. Essa terceira definição trata-se da mais difundida e bem aceita por parte dos geógrafos, inclusive aqueles que transitam pelas correntes mais recentes.

Observando estas definições fica claro que a Geografia é, antes de tudo, uma ciência em reconstrução constante, pois a dinâmica do seu objeto é mutável. É preciso entender que o conhecimento científico, em si, já faz parte de um movimento marcado pelas redefinições de conceitos, paradigmas e teorias. No caso do conhecimento geográfico, essa redefinição é algo que vai além da renovação em si da teoria. A redefinição da Geografia é, em síntese, uma resposta imediata a redefinição da relação sociedade-natureza e da sua espacialização.

Sob a concepção de que a Geografia compreende o estudo das relações sociedade-natureza, Moraes (2007) pontua que a especialidade desta ciência estaria no fato de buscar explicar o relacionamento entre os dois domínios da realidade, o social e o natural. O fato é que, as concepções de Geografia continuam sendo matéria de debates e isso não é um sinal de inconstância epistemológica desta ciência, mas a evidência de um conhecimento que está se transformando em um ritmo cada vez mais acelerado ditado pelo movimento da própria sociedade que redefine constantemente as formas de transformação da natureza e, conseqüentemente, de produção, organização e transformação do espaço geográfico.

No que se refere à evolução teórico-metodológica da Geografia, no curso do pensamento geográfico, esta foi influenciada por diversas realidades históricas, as quais a Geografia foi sendo convocada a pensar. Neste sentido, podemos dizer que ao longo da evolução do pensamento geográfico a construção da Geografia desdobrou-se em diferentes correntes em um movimento evolutivo caracterizado pelo ajuste das bases teórico-metodológicas-epistemológicas às transformações que atingiram a realidade de cada época. Mesmo transitando em muitas destas correntes de forma marginal, o espaço não ficou de fora dessas mudanças paradigmáticas na Geografia e absorveu também modificações ao longo das diversas correntes geográficas, onde observa-se que em algumas delas foi elemento de pouca relevância e em outro foi objeto central de análise.

A TRAJETÓRIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O ESPAÇO



Como já pontuado antes, a Geografia foi reconhecida como área autônoma do conhecimento durante o século XIX, com as contribuições de estudiosos prussianos ligados a aristocracia, a exemplo de Alexander Von Humboldt (1769-1859), Karl Ritter (1779-1859) e Friedrich Ratzel (1884-1904), esse último de família modesta. Estes autores são considerados os “pais” da Geografia moderna e isso se deve ao fato de seus estudos terem sido basilares na constituição da ciência geográfica.

É ao longo do século XIX que as condições históricas edificadas tornaram-se pressupostos para a sistematização do conhecimento geográfico. Segundo Moraes (2007, p.51) “estes pressupostos históricos da sistematização geográfica objetivam-se no processo de avanço e domínio das relações capitalistas de produção”. A Geografia se fortalece no anseio expansionista de conhecer melhor e avançar sobre os territórios, isto é, de dispor de informações para melhor organizá-los e usufruí-los economicamente. Dessa forma, a trajetória da ciência geográfica parte, sobremaneira, dos interesses dos atores hegemônicos da época.

Segundo Andrade (2008, p.102):

Os geógrafos clássicos, vivendo a fase de desenvolvimento do capitalismo industrial e da necessidade de um conhecimento aprofundado sobre o espaço produtivo, fizeram estudos corológicos, procurando desenvolver uma análise de porções mais ou menos restritas da superfície do planeta.

Alguns pressupostos desse contexto teórico-metodológico da Geografia são apresentados por Moraes (2007), que identifica esta ciência neste período como um campo do conhecimento associado a compreensão da extensão real do planeta e fundamentado sobre um repositório de informações acerca de variados lugares da Terra. Ainda na perspectiva do autor, tais finalidades amparavam-se sobre a pretensão geográfica de aprimoramento das técnicas cartográficas como instrumentos, por excelência, do geógrafo que serviam ao objetivo de conhecer as mais diversas localidades para facilitar a conexão econômica, e o avanço e domínio das relações do sistema capitalista da época.

Partindo das contribuições de Ritter, teórico fundamental à institucionalização da ciência geográfica, podemos perceber que a Geografia é produto de grandes mudanças que repercutem sobre o modo de pensar geograficamente. Moreira (2008), analisando as contribuições deste teórico para a Geografia assevera que Ritter tomou como princípio a corografia, isto é, um método descritivo que estabelece sob a Geografia o escopo de uma ciência baseada na comparação de áreas. Ritter apresenta uma proposta de abordagem dedicada aos arranjos individuais de cada localidade comparando-as em pares, de modo a chegar em um



ponto único que permitisse uma análise geral do mundo. Desse modo, este teórico estabelece o conceito de sistema natural que, segundo Moraes (2007, p.63), tratava-se de:

Uma área delimitada dotada de uma individualidade. A Geografia deveria estudar esses arranjos individuais e compará-los. Cada arranjo abarcaria um conjunto de elementos, representando uma totalidade, onde o homem seria o principal elemento. Assim, a Geografia de Ritter é, principalmente, um estudo dos lugares, uma busca da individualidade destes.

Com esse aspecto, a contribuição de Ritter é, potencialmente, metodológica. Os resultados dos seus esforços na consolidação do conhecimento geográfico foram estudos taxonômicos ancorados na observação e descrição das paisagens. Tais estudos traziam como resultado um “mapa de individualidades”, que através do que Ritter trouxe como método comparativo, formaria uma teoria.

Nesta leva de contribuições que servem de base a Geografia que se institucionaliza no século XIX, há de se destacar a figura do naturalista Alexander Von Humboldt (1769-1859), para quem a Geografia seria uma ciência de síntese de todos os conhecimentos. Claval (2006) afirma que Humboldt “procurava buscar uma relação entre os objetos observados e a razão, propondo a ideia de que tudo que é apreciável deve ser pensado e construído pelo sujeito” (CLAVAL, 2006, p. 66). Já Moraes (2007) pontua que, para Humboldt, “caberia ao estudo geográfico reconhecer a unidade na imensa variedade dos fenômenos, descobrir pelo livre exercício do pensamento e combinando as observações, a constância dos fenômenos em meio às suas variações aparentes” (MORAES, 2007, p. 63).

Desta maneira, na leitura de Claval (2006), Humboldt tem como diferencial o estudo *in loco*, ou seja, a observância em campo para fazer suas constatações, o que o torna diferente da maioria dos geógrafos do seu tempo que, de forma geral, se mantiveram reservados em seus gabinetes. Na imersão no campo de abordagem, Humboldt pôde colher ricas informações e observações, por todos os continentes, das quais merecem destaque as observações e estudos sobre a América do Sul. Humboldt entendia a Geografia como ciência do cosmo, cujo objeto de estudo seria: “a contemplação da universalidade das coisas, de tudo que coexiste no espaço concernente a substâncias forças, da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na Terra” (MORAES, 2007, p.62). Portanto, caberia ao geógrafo contemplar as paisagens, classificando-as e catalogando-as, seria então a Geografia uma ciência sintética.

Outro personagem fundamental na consolidação da ciência geográfica foi, notadamente, Friedrich Ratzel (1844-1904), que apresenta sua grande contribuição com a obra *Antropogeografia – Fundamentos da Aplicação da Geografia à História*, de 1882, a qual é



considerada por muitos estudiosos como pressuposto central para a fundação da Geografia Humana. Um aspecto que influenciou sua obra foi a vivência com os fatos do processo de unificação da Alemanha. Conforme Moraes (2007, p. 67) “enquanto Humboldt e Ritter vivenciaram o aparecimento do ideal da unificação alemã, Ratzel está presente na constituição real do Estado nacional alemão e suas primeiras décadas”. Tal fato pode ser entendido como basilar na influência da construção da obra de Ratzel.

Em termos de método consideramos que Ratzel não tenha avançado tanto em relação ao que já era posto na época, mas, com relação as suas contribuições práticas e políticas há de se destacar toda sua relevância. Nas palavras de Moraes (2007, p.67) “a Geografia em Ratzel foi um instrumento de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém constituído”. Assim, Ratzel considerava como objeto geográfico o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. Para ele, as ações e organizações humanas dependiam da disponibilidade dos recursos naturais presentes em seus territórios.

Com esse pensamento, Ratzel dá destaque ao conceito de território e de espaço vital. Segundo Moraes (2007, p.70), “para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e a existência de uma sociedade”. Deste ponto de vista, era no território que a sociedade se organizava e gerenciava seus recursos, se dinamizando enquanto organização social na medida em que ampliava o seu território. No que se refere ao conceito de espaço vital, este “representaria uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (MORAES, 2007, p. 70).

Além da escola alemã destacada aqui através das ideias destes autores que endossaram a corrente determinista, isto é, a perspectiva de uma Geografia arraigada sobre relações homem-meio consubstanciadas pela forma como este último determinava o primeiro, sucede-se na evolução do pensamento geográfico as ideias construídas no seio da escola francesa. Segundo Moraes (2007, p. 75), a escola francesa é a “que se opõe às colocações de Ratzel, vai ser eminentemente francesa e tem seu principal formulador em Paul Vidal de La Blache”.

Vidal de La Blache, com sua formação em história, apresentou grande preocupação com a distribuição desigual da população sobre a superfície terrestre. Segundo Andrade (2008, p.110),

[La Blache] Preocupou-se então com o estudo das relações entre o homem e o meio físico, passando a admitir que o meio exercia alguma influência sobre o homem, mas que este, dependendo das condições técnicas e do capital de que dispunha, poderia exercer influência sobre o meio.



Tal preocupação culminou no surgimento da corrente possibilista. Para Moraes (2007, p.78) “a Geografia de La Blache só era compreensível em relação à conjuntura da terceira república, ao antagonismo com a Alemanha e à particularidade do desenvolvimento histórico da França”. La Blache não rompeu totalmente com a visão naturalista, apesar de sua formação como filósofo e historiador, mas teceu críticas as ideias de Ratzel, sendo uma delas referente ao discurso politizado deste teórico (MORAES, 2007; ANDRADE, 2008). Além disso, conforme apontado por Moraes (2007), La Blache também criticou a secundarização do elemento humano na teoria de Ratzel e a concepção fatalista e mecânica atribuída a compreensão da relação homem-meio

Em se tratando do objeto de estudo geográfico, La Blache definiu este como sendo “a relação entre homem e natureza na perspectiva da paisagem [...] colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o”. (MORAES, 2007, p. 81). Neste contexto, a Geografia amparou-se sobre a forte influência do método positivista, o qual remeteu uma visão mais histórico e naturalista na abordagem geográfica.

Referindo-se ao positivismo, Suertegaray (2005, p.15) assevera:

Constitui o método Positivo, um método histórico, genético indutivo, ou seja, parte da observação, induz leis de coexistência e de sucessão e deduz fatos novos que escapam à observação direta. Trata-se de um método que privilegia o processo de indução, que parte da observação dos fenômenos através dos sentidos para deduzir teorias. São palavras fundamentais e expressivas para a compreensão do método Positivo: experiência, observação, comparação, analogia, indução, dedução, filiação histórica.

A maioria dos estudos geográficos desse período eram caracterizados por esse método, estudos estes que, de modo geral, buscavam a descrição dos diversos locais visitados com o objetivo de catalogar e descobrir as possibilidades de expansão para as grandes potências até então hegemônicas. Neste período, era necessário criar condições favoráveis para a expansão do comércio, e a melhor forma de fazer isso foi através das excursões que viabilizavam conhecer novos lugares e as principais características físico-naturais do local, o que favorecia a busca por novas possibilidades para o desenvolvimento do comércio.

Avançando na trajetória do pensamento geográfico temos, a emergência do Método Regional. Se apresentando com grande força ao longo do século XIX, o Método Regional surge no seio da corrente historicista em oposição ao possibilismo e ao determinismo ambiental. Dessa forma, entende-se que o movimento historicista se apresentou como uma crítica ao modelo epistemológico do positivismo que buscava leis gerais para explicar as sociedades humanas.



No Método Regional, segundo Corrêa (2007, p.14), “a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre o homem e a natureza, mas sim da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra”. O Método Regional não foi muito valorizado de início, pois os debates se concentravam entre uma disputa das correntes deterministas e possibilistas. Entende-se que a partir dos anos 1940 essa corrente ganha força nos Estados Unidos, principalmente com Richard Hartshorne. Ainda em conformidade com Corrêa (2007, p.14):

O método regional tem merecido a atenção de geógrafos desde pelo menos o século XVII, com Varenius. O filósofo Kant e o geógrafo Carl Ritter, respectivamente no final do século XVIII e na primeira metade do XIX, ampliaram as bases dos estudos de área. No final do século passado, Richthofen estabeleceu o conceito de corologia (integração de fenômenos heterogêneos sobre uma dada área), desenvolvido mais tarde por Alfred Hettner.

De maneira geral, o Método Regional buscou a produção de um conhecimento sobre as diferenças existentes nas diversas áreas do planeta. Preocupou-se com as diferentes formas como os fenômenos ocorriam nas diferentes partes da superfície terrestre.

No curso do processo de renovação da Geografia, ganha força na década de 1950 a Geografia Quantitativa, que emerge trazendo como uma de suas marcas centrais a utilização de novas técnicas e métodos para a análise geográfica. Um dos principais substratos da Geografia Quantitativa foi a crítica a forma como a Geografia Tradicional construía seus estudos, a partir da observação dos fenômenos. De acordo com essa corrente de pensamento os estudos geográficos poderiam ser expressos através do uso de modelos matemáticos (que estavam assentados no avanço da estatística e das técnicas computacionais). Segundo Moraes (2007, p.110) os estudos geográficos passam “da descrição, apoiada na observação de campo, para as correlações expressas em índices [...] esse processo, há um empobrecimento do grau de concretude do pensamento geográfico”.

Pautada no positivismo lógico e com grande afinidade com o raciocínio hipotético-dedutivo, a chamada Geografia Quantitativa trata o espaço geográfico como o objeto de estudo da ciência geográfica. Nos estudos de Ullman (1954) e Watson (1955) “o espaço é considerado sob duas formas que não são mutuamente excludentes [...] e um lado através da noção de planície isotrópica e, de outro de sua representação matricial” (CORRÊA, 2000, p. 20). Nesse momento a Geografia, segundo Bunge (1966), chegou a ser considerada como ciência espacial.

Nessa concepção a diferenciação espacial aconteceria por meio de mecanismos econômicos, além de uma outra variável importante, a distância. Essa linha de renovação da Geografia que se auto intitulou de “New Geography” (Nova Geografia), se por um lado trouxe



como contribuição a centralidade do espaço na abordagem espacial, por outro, trouxe, em sua contraditoriedade, um perfil analítico acrítico perante as contradições sociais e os problemas da sociedade, sendo uma perspectiva alinhada aos pressupostos liberais que buscavam sedimentar os novos contextos de reprodução do capital sob o viés do progresso.

Avançando na evolução paradigmática da Geografia, emerge por volta das décadas de 1960 e, notadamente, 1970, a Geografia Crítica. A Geografia Crítica elabora uma crítica ferrenha a “neutralidade” da Geografia Quantitativa e toma por base a necessidade de analisar os problemas socioeconômicos, cuja expressividade já não permitia mantê-los marginalizados em uma abordagem geográfica que centralizava a ideia do progresso e de como o espaço deveria se colocar em favor deste.

Na Geografia Crítica, sob bases teórico-metodológicas diferentes a exemplo da humanista-fenomenológica e marxista-dialética, o espaço reaparece e ganha centralidade. De maneira geral, o espaço na Geografia Crítica é considerado como “*locus* reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CORRÊA, 2000, p. 25). Nesse momento uma gama de autores muitos autores ganharam destaque no temário geográfico contribuindo grandemente para formulação do pensamento dessa corrente, sendo eles, Lefebvre (1974), Harvey (1975), Soja (1979), Lacoste (1976) Santos (1978), entres outros. Esses geógrafos que engrossam, sobretudo, a corrente marxista, de acordo com Moraes (2007, p.137) “em suas diferenciadas orientações, assumem a perspectiva popular, a transformação da ordem social [...] buscam uma Geografia mais generosa e um espaço mais justo, que seja organizado em função dos interesses dos homens”.

No âmbito da Geografia brasileira, é neste momento que ganha destaque as contribuições de Milton Santos, para quem o espaço se torna objeto de estudo da Geografia e categoria central de análise. As contribuições postas pelo autor entram no sentido de uma reflexão para o pensar geográfico a partir da realidade dos países subdesenvolvidos e dos países pobres, pensando suas realidades e apresentando contribuições para entender a sua organização espacial a partir de uma teoria que surgisse a partir da realidade desses países.

Ao analisarmos todas estas correntes, podemos perceber que o espaço geográfico como conceito central da Geografia não é, nem de longe, um consenso em todas as correntes de pensamento geográfico, o que se explica pelo o fato que, a cada período histórico, a Geografia foi se constituindo de fatores específicos da realidade (prática) que se desdobraram sobre as bases teóricas e metodológicas de abordagem.

O exame paradigmático na Geografia revela que é, sobretudo a partir da Geografia Quantitativa que o espaço ganha centralidade na abordagem geográfica. Sob os princípios do



positivismo lógico, a Geografia Quantitativa dá destaque aos padrões espaciais como instrumento de diagnóstico (acrítico) dos fenômenos no espaço. O espaço é, portanto, nessa corrente, uma categoria prefigurada pelas noções de espaço absoluto, isotópico e matricial.

Posteriormente, na Geografia Crítica, o espaço é entendido, na corrente marxista onde vai adquirir mais destaque, a partir do método materialista histórico-dialético, o qual permite uma visão do espaço enquanto uma totalidade projetada pelo o encontro de suas partes tensionadas por contradições emergentes da luta de classes e a materialidade espacial da sociedade capitalista.

Ao fazer esse recorte histórico das formas de abordagens do espaço geográfico nas diferentes correntes de pensamento, entende-se que a compreensão científica dos conceitos são modificadas conforme a sociedade avança em suas formas de representação e compreensão da realidade, de modo que o espaço é dotado de várias dimensões seguindo as correntes geográficas apresentadas. Dessa forma, entendemos ser de grande importância o processo de reflexão e de crítica à Geografia em cada momento histórico, pois é partir desse processo que conseguimos redefinir os conceitos, trazendo acréscimos para seu entendimento e superação no movimento do pensamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos a teoria em destaque, podemos perceber que o espaço geográfico como conceito central da Geografia não é, nem de longe, um consenso em todas as correntes do pensamento geográfico, o que se explica pelo o fato de que, a cada período histórico, a Geografia foi se constituindo de fatores específicos da realidade (prática) que se desdobraram sobre as bases teóricas e metodológicas de abordagem.

O exame paradigmático na Geografia revela que é, sobretudo a partir da Geografia Quantitativa, que o espaço ganha centralidade na abordagem geográfica. Sob os princípios do positivismo lógico, a Geografia Quantitativa dá destaque aos padrões espaciais como instrumento de diagnóstico (acrítico) dos fenômenos no espaço. O espaço é, portanto, nessa corrente, uma categoria prefigurada pelas noções de espaço absoluto, isotópico e matricial.

Posteriormente, na Geografia Crítica, o espaço é entendido, na corrente marxista onde vai adquirir mais destaque, a partir do método materialista histórico-dialético, o qual permite uma visão do espaço enquanto uma totalidade projetada pelo encontro de suas partes tensionadas por contradições emergentes da luta de classes e a materialidade espacial da sociedade capitalista.



Ao fazer esse recorte histórico das formas de abordagens do espaço geográfico nas diferentes correntes do pensamento, entende-se que a compreensão científica dos conceitos é modificada conforme a sociedade avança em suas formas de representação e compreensão da realidade, de modo que o espaço é dotado de várias dimensões seguindo as correntes geográficas apresentadas. Dessa forma, entendemos ser de grande importância o processo de reflexão e de crítica à Geografia em cada momento histórico, pois é partir desse processo que conseguimos redefinir os conceitos, trazendo acréscimos para seu entendimento e superação no movimento do pensamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia é viva, e está sujeita as mudanças de cada período histórico e técnico pela a qual caminha. As discussões postas nesse escrito não tiveram a ambição de esgotar as contribuições sobre a Geografia e o Espaço Geográfica, mas apresentar argumentos e reflexões construídas ao longo do percurso de graduação em Geografia.

Muitas das vezes somos questionados sobre as leituras selecionas para as discussões apresentadas, aqui ressaltamos a importância de autores como Andrade (2008), Corrêa (2007) e Moraes (2007), são leituras sobre o pensamento geográfico que desperta no geógrafo o desejo e curiosidade acadêmica sobre a evolução teórica da Geografia, além de oferecer um primeiro contato com as perspectivas dos autores clássicos da Geografia, dos quais o encontro com suas obras no período de graduação ainda é de difícil acesso.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia: Ciência da Sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato, **Região e Organização Espacial**. 8º. ed. São Paulo: Ática, 2007
_____. Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. CASTRO, Iná Elias de;
GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**.
2ºed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

LEFÉBVRE, Henri. *Lá Production de L'Espace*. Anthoropos. Paris 1974.

MORAES, Antônio. Carlos Robert. **Geografia: Pequena história crítica**. 21º ed. São Paulo:
Annablume, 2007

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In:
GERHARDDT, Tatiana Engel. e SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto
Alegre: Editora de UFRGS, 2009. P. 31 -42.